

26 OUTUBRO . 15H

BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA GARRETT

**TOMAR A INICIATIVA
COM OS TRABALHADORES E O POVO
DO PORTO**



XIII

**ASSEMBLEIA
ORGANIZAÇÃO
DA CIDADE DO
PORTO**

PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO 

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

ANTE PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
1.1. INTRODUÇÃO	2
1.2. OBJECTIVOS DA ASSEMBLEIA	2
2. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO PORTO	3
2.1. INTRODUÇÃO	3
2.3. HABITAÇÃO	4
2.4. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA	6
2.5. CONCLUSÕES	7
3. TRABALHO UNITÁRIO E LUTA DE MASSAS	9
3.1. A TRABALHO UNITÁRIO E A LUTA DE MASSAS	9
3.2 INTERVENÇÃO DA CDU E O TRABALHO INSTITUCIONAL	9
3.2.1 INTERVENÇÃO DA CDU	9
3.2.2 TRABALHO INSTITUCIONAL	13
3.3. QUADRO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO CONCELHO	15
3.4 AS BATALHAS ELEITORAIS	17
3.5 A LUTA PELA ALTERNATIVA	18
4. O PARTIDO NA CIDADE DO PORTO	19
4.1. ACÇÃO DO PARTIDO	19
4.1.1. FESTA DO AVANTE!	19
4.1.2. Passeio das Mulheres	20
4.1.3. ENCONTRO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO PCP	20
4.2. DIRECÇÃO	21
4.3. ORGANIZAÇÃO	21
4.3.1 ORGANISMOS DE BASE LOCAL	22
4.3.2 ORGANIZAÇÕES E SECTORES DE EMPRESA	22
4.3.3 GRUPOS DE TRABALHO	23
4.3.4 INFORMAÇÃO, PROPAGANDA, IMPRENSA PARTIDÁRIA	24
4.5 FUNDOS E PATRIMÓNIO	25
4.6 RECRUTAMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO DE QUADROS	26

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A 12ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto realizou-se a 24 de Abril de 2021.

A anterior Assembleia da Organização da Cidade do Porto (AOCP) do PCP caracterizou o quadro político local e definiu objectivos de intervenção e reforço do Partido para o concelho, no quadro da orientação mais geral do Partido.

No período entretanto decorrido, a Organização da Cidade do Porto do PCP desenvolveu a sua intervenção convergente com a actividade do Partido, participando nas grandes acções e jornadas nacionais e enquadrando a sua iniciativa tendo presente a prioridade à luta contra a política de direita e a afirmação de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, sem deixar de valorizar o papel do Partido nos avanços alcançados na nova fase da vida política nacional, bem como na defesa das populações e trabalhadores no plano local.

O presente documento realiza um balanço do trabalho realizado e define as prioridades de intervenção para o concelho, apontando linhas de orientação para o trabalho futuro. Analisa também as dificuldades existentes, os avanços concretizados e aponta medidas para reforço do Partido, capacidade de intervenção e resposta à situação política.

O documento traça ainda os principais objectivos de trabalho até à próxima Assembleia, previsivelmente em 2026: resposta à situação política, desenvolvimento da luta e reforço orgânico. As análises e propostas avançadas nesta Resolução Política enquadram-se no programa do PCP “Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no futuro de Portugal”, nas demais orientações aprovadas no 21º Congresso, bem como na Resolução da Conferência Nacional «Tomar a iniciativa, reforçar o Partido, responder às novas exigências» e na Resolução Política da 13ª Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP.

1.2. OBJECTIVOS DA ASSEMBLEIA

Com a realização da 13ª Assembleia de Organização da Cidade do Porto, pretende-se proporcionar uma discussão alargada a todos os militantes que permita uma análise da evolução política e social do Concelho, a prestação de contas e a definição de linhas de trabalho para o futuro.

Este é ainda o momento para avaliar o estado da Organização do Partido, conhecer as suas insuficiências e dificuldades e apontar caminhos para a sua superação, definindo as linhas prioritárias para reforço da Organização Concelhia, sob o lema: “Tomar a Iniciativa com os Trabalhadores e o Povo do Porto!”. Assim, são objectivos da XIII Assembleia da Organização da Cidade do Porto:

1. Apreciação ao cumprimento dos objectivos definidos na última Assembleia;
2. Análise à evolução da situação política, económica e social do Concelho;
3. Avaliação do trabalho realizado, da intervenção e do papel do Partido, suas organizações de base de freguesia e dos seus militantes;
4. Definição de linhas prioritárias para o reforço da organização e para a intervenção dos comunistas no concelho, no quadro da luta pela alternativa patriótica e de esquerda;
5. Eleição da nova Comissão Concelhia da Cidade do Porto.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP
TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

2. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO PORTO

2.1. INTRODUÇÃO

No período que decorreu desde a realização da 12ª assembleia da organização da cidade do Porto, ocorreram significativas alterações e acentuaram-se outras tendências já identificadas no documento apresentado, que mostram uma cidade em acentuado processo de transformação, com profundas consequências económicas e sociais.

As principais tendências identificadas até 2020 incluem o declínio demográfico, com uma redução do número de habitantes e o aumento do envelhecimento da população residente. Relativamente às actividades económicas confirma-se o peso crescente do turismo e actividades conexas (hotelaria, restauração e alojamento local), espalhando-se por toda a cidade e pela sua periferia, originando forte movimentos de especulação imobiliária, que conjugados com a implementação da legislação de liberalização do mercado da habitação, tiveram como consequência a eliminação de numerosos fogos de habitação permanente e a expulsão das camadas da população residente com menor poder compra.

Com efeito, confirma-se que o Porto está a passar por um processo de substituição crescente do “morador permanente da cidade” pelo de “utilizador temporário da cidade”, quer este último seja o mero turista ocasional ou apenas o trabalhador que aqui exerce a sua atividade e, no final da jornada, regressa à sua habitação numa periferia mais ou menos longínqua, em movimentos pendulares diários.

2.2. POPULAÇÃO

A população residente no Porto, segundo os Censos de 2021, atingiu as **231.800 pessoas**, representando assim um decréscimo de **1.178 habitantes** relativamente aos Censos de 2011. A perda de população que se tinha vindo a verificar nas últimas décadas parece assim ter estabilizado nos últimos quatro anos tendo-se verificado um muito ligeiro crescimento. Este crescimento resulta principalmente de factores exógenos do que da sua dinâmica interna. A população jovem (0-14 anos) caiu 0,5% , representando apenas 11,4% do total. No escalão jovem/adulto, entre os 15-64 anos, a diminuição foi ainda mais expressiva com uma queda de 2,3% relativamente a 2011, com 62,6% do total. O grupo etário mais idoso, com idade superior a 65 anos é o que continua a crescer significativamente passando a 26% do total da população

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

residente. O Porto mantém assim uma tendência crescente de envelhecimento, com o aumento de uma população que vai apresentando dificuldades (como a limitações de mobilidade e de visão) numa cidade que está longe de possuir condições estruturais que facilitem a autonomia funcional deste grupo etário. Segundo os Censos 2021 cerca de 42% da população apresentava algum tipo de dificuldades físicas, como na visão, na locomoção, na audição e na memória. A estabilização e mesmo algum ligeiro crescimento observado desde 2020 relaciona-se, na realidade, com o crescimento da população com origem em países estrangeiros que passou de 7680 em 2011 para **23.312 no ano de 2022**, que corresponde já a 9,7% da população residente total. O país de origem com maior peso neste grupo é o Brasil, com 7381 pessoas, seguindo-se os países africanos de língua oficial portuguesa com 1374 pessoas, enquanto que o conjunto de países do continente asiático é a origem de 1368 residentes.

2.3. HABITAÇÃO

A perda de população da cidade e o conseqüente aumento da taxa de envelhecimento dos residentes continua a ser um dos indicadores mais preocupantes. Esta tendência é indissociável do aumento sustentado do preço da habitação, quer para venda, como para arrendamento, que tem vindo a acelerar na última década. Paralelamente, o número de alojamentos familiares diminuiu 2,92%.

Preços da habitação no Porto em Junho de 2024 (Fonte: www.idealista.pt)

Preços de venda/m²

Freguesias	Preço / m2	Varição anual 2023-2024
Cidade do Porto (média)	€3.578	+ 5,1%
Aldoar, Foz do Douro, Nevogilde	€4.123	- 0,6%
Bonfim	€3.429	+ 7,9%
Campanhã	€3.216	+18,2%
Cedofeita, S. Ild, Sé, S. Nicolau, Vitória, Miragaia	€4.128	+ 6,3%
Lordelo do Ouro, Massarelos	€3.715	+ 4,9%
Paranhos	€3.400	+ 5,0%
Ramalde	€3.055	+ 8,7%

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP
TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

Preços de arrendamento/m²

Freguesias	Preço / m2	Variação anual 2023-2024
Cidade do Porto (média)	€17,2	+ 13,1%
Aldoar, Foz do Douro, Nevogilde	€16,6	+ 10,6%
Bonfim	€18,5	+ 18,9%
Campanhã	€16,0	+ 17,8%
Cedofeita, S. Ild., Sé, S. Nicolau, Vitória, Miragaia	€20,3	+ 8,7%
Lordelo do Ouro, Massarelos	€14,9	+ 7,1%
Paranhos	€14,9	+ 15,1%
Ramalde	€13,0	+ 3,4%

O aumento exponencial do preço da habitação e da rendas, são resultado de décadas de políticas. Com a implementação do Novo Regime do Arrendamento Urbano através da “lei Cristas”, a liberalização do sector da habitação acelerou e a especulação imobiliária disparou. A falta de investimento do estado em habitação, quer pela reabilitação do parque habitacional público, quer pela construção de mais fogos de habitação, a par da manutenção de um regime de arrendamento urbano liberalizado (sem controlo do valor das rendas) e do controlo das taxas de juros para a compra de habitação têm conduzido à escassez de habitação para comprar ou arrendar a preços acessíveis. Na cidade, a afectação de parcelas muito significativas de imóveis ao alojamento turístico, que anteriormente estavam no regime de arrendamento habitacional, vieram acelerar a subida dos preços da habitação para níveis incomportáveis para as famílias de rendimentos médios ou baixos. Só no concelho do Porto estavam registadas em 2024, no Registo Nacional de Alojamento Local, 10305 unidades de alojamento, sendo que no período de 2020 a 2024 foram registadas mais 3864 unidades.

O alojamento turístico tem vindo a ocupar o espaço da habitação de residência permanente, principalmente da que estava em regime de arrendamento. Por outro lado, a construção de novas habitações tem estado voltada essencialmente para o segmento de topo e para a procura gerada em mercados internacionais em locais onde o processo de gentrificação em curso permite valorizações especulativas muito altas. Zonas que, até então, eram essencialmente habitadas por famílias de rendimentos médios ou baixos. É o caso, por exemplo, das freguesias de Campanhã, Bonfim e Paranhos, principalmente no regime de arrendamento, nas quais os preços subiram 18% em apenas um ano (2023-2024). As áreas próximas dos pólos universitários, como acontece em

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

Paranhos, sofrem ainda a pressão por parte da procura de alojamento estudantil, dada a carência de estruturas deste tipo numa cidade onde existe um conjunto de estabelecimentos de ensino superior frequentados por 66000 estudantes, residentes no concelho, de diversas origens.

2.4. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

A **composição social da população**, segundo os Censos 2021, mostra profundas alterações estruturais ocorridas na última década relativamente à escolaridade e inserção profissional. A população com o ensino superior completo foi a que teve maior incremento, representando 35,3% do total (+9,9 p.p.) , seguindo-se os residentes com o 12º ano que são 20,9% (+ 5,1 p.p.). Em contrapartida, a população apenas com o ensino básico (9º ano) diminuiu para 14,8% (- 2,2 p.p.) e com a escolaridade mínima (4º ano), perdeu -6,8%, representando actualmente, 17,4% da população.

A maior parte da população é constituída por trabalhadores por conta de outrem (69.460) cujo peso teve um ligeiro decréscimo (- 0,9%). Cresce principalmente a categoria de trabalhadores isolados (por conta própria) que sobe + 95,2% atingindo 10.053 pessoas. O número de empresários de diversa dimensão, também sobe + 2,6%, atingindo 11.397 residentes.

Por área de actividade verifica-se que as camadas sociais que mais crescem no Porto são provenientes de profissões técnicas, científicas e intelectuais (médicos, engenheiros, enfermeiros), com excepção dos sector dos Professores que diminui muito significativamente (-19,3%). Nas restantes áreas de actividade é a população que trabalha no sector da Hotelaria e Restauração que mais cresce (+18%), diminuindo o peso dos trabalhadores da indústria, construção, técnicos comerciais e administrativos. Esta nova composição social reflecte assim, que a inflação dos preços da habitação, cada vez mais apenas acessível a camadas com rendimentos muito superiores e a centrifugação das camadas com rendimentos médios e baixos que já eram detentores de habitação própria antes da subida vertiginosa de preços da última década. O mesmo se passa para o segmento da população residente de baixos rendimentos que ainda beneficia do regime de renda apoiada.

A actividade económica na cidade do Porto está hoje totalmente dependente dos movimentos pendulares das populações que, diariamente, entram na cidade para trabalhar ou estudar, a partir dos concelhos vizinhos. Esta periferia está cada vez mais alargada, uma vez que o preço da habitação nestes concelhos também tem uma forte pressão inflacionista, expandindo-se para

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

áreas cada vez mais distantes e isoladas, sem acesso a transportes públicos eficientes. Diariamente entram no Porto 113.633 pessoas para trabalhar e 46.703 para estudar, criando uma forte pressão no trânsito, nas vias e no estacionamento.

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego tem-se mantido estável desde 2019, apesar de relativamente elevado, fixando-se para 2023 em 6,6% da população residente, atingindo, no ano de 2021, um pico de 8,6%. As maiores taxas de desemprego concentram-se na zona central e oriental, principalmente em Campanhã onde atingiu um pico de 17,6%.

A perda de poder de compra é outro dado significativo, mantendo uma tendência das últimas duas décadas. No período compreendido entre 2019 e 2021 o Porto perdeu o 2º lugar no poder de compra, sendo ultrapassado pelo município de Oeiras e passando assim para a terceira posição na escala de municípios portugueses. O poder de compra no Porto recuou assim de 154% do PIB em 2019 para apenas 147% em 2021. Esta alteração pode ser explicada pela conjugação da alta inflação com a desvalorização dos salários, num modelo económico baseado nos baixos salários como acontece no sector do Turismo.

2.5. CONCLUSÕES

A evolução da cidade do Porto, nos últimos anos, traduziu-se numa redução da sua população, embora esta tendência seja agora para a estabilização, que se afigura como um reflexo do afluxo de novos residentes provenientes de países externos, com um significativo peso do Brasil.

Esta estabilização da população residente não é ainda suficiente para inverter a tendência de perda de importância populacional no contexto regional e nacional, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa alteração significativa do seu tecido económico e social. Mantendo-se uma cidade com fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias. As debilidades constatadas no concelho, a situação de desequilíbrio e declínio são o resultado de décadas de políticas ao serviço do grande capital que opera na cidade, nomeadamente do sector financeiro e imobiliário, com a entrega de bens e serviços públicos para lógicas de rentabilização privada.

Nos últimos anos o Turismo e actividades conexas (hotelaria, restauração, comércio dirigido a este segmento específico, e outros) tornaram-se predominantes na vida económica da cidade. Apesar de ter permitido a manutenção de algum emprego, em geral com vínculos precários e baixas remunerações, a hegemonia deste sector esteve na base de fortes movimentos de especulação

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

imobiliária que continuam a expulsar a população da cidade, com o consequente declínio demográfico e envelhecimento da população.

Como principal causa que está na origem do declínio da cidade destaca-se o movimento especulativo lançado sobre a habitação, quer na venda, quer ainda no arrendamento, que marcou os últimos anos e que atinge hoje valores inoportunos para os rendimentos médios da maior parte dos portuenses. O Porto está assim, progressivamente a perder a diversidade social que caracterizava a cidade, com uma redução progressiva de moradores de rendimentos médios e/ou baixos, que enfrentam crescentes dificuldades em encontrar soluções de habitação compatíveis com os seus rendimentos.

A economia da cidade está demasiadamente ancorada no sector turístico e sectores conexos, onde predominam modelos de precarização do trabalho e de baixos salários, que se traduz no empobrecimento de muitas camadas da população residente. Diversos indicadores têm apontado para o crescimento das assimetrias sociais e de graves carências em segmentos alargados da população.

Um contexto que impacta vários grupos sociais, em particular os mais frágeis, tendo também profundas consequências na fixação de jovens, estudantes e trabalhadores, que não podendo fazer face ao valor das rendas, procuram outros locais (concelhos) para se fixarem.

Para inverter o processo de declínio da cidade e de agravamento das assimetrias sociais, são necessárias políticas públicas que contribuam para fixar população, promovam a habitação a custos compatíveis com os rendimentos mensais da população e a diversificação das actividades económicas. São necessárias políticas que promovam o investimento público e o apoio às camadas mais desfavorecidas da população. Numa cidade com o índice de envelhecimento que apresenta o Porto são cada vez mais necessárias políticas municipais que promovam a qualidade de vida e autonomia dos seniores, nomeadamente as condições de acessibilidade e mobilidade segura na cidade.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística,/Censos 2021; PORDATA/ Censo 2021; Idealista.pt/ Evolução do preço das casas à venda em Portugal;

3. TRABALHO UNITÁRIO E LUTA DE MASSAS

3.1. A TRABALHO UNITÁRIO E A LUTA DE MASSAS

A organização da Cidade do Porto contribuiu para a mobilização de múltiplas acções de luta nacionais e regionais, organizadas pela CGTP-IN, e esteve ainda presente presente em diversas acções de luta sectoriais junto dos trabalhadores.

A Direcção da Cidade do Porto do PCP apoiou e dinamizou a luta das populações em que se destacam manifestações, acções de protesto e tribunas pelo direito à Habitação e contra os despejos e pelo direito a viver no centro da Cidade, pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, por melhores transportes públicos, pela defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores dos serviços de segurança municipal, das cantinas e em defesa dos serviços públicos. Apoiou ainda a defesa da Cultura nomeadamente com a mobilização para a luta dos artistas e comerciantes do Centro Comercial STOP e integrou e mobilizou para acções em defesa da Paz.

No quadro político deste período a luta pela defesa de direitos assumiu um papel fundamental na reivindicação da reposição de direitos e rendimentos e na resistência a recuos.

1. Mantém-se a análise que a luta de massas deve merecer particular atenção da organização da Cidade do Porto, nomeadamente a luta unitária dos trabalhadores e das populações, nas actuais circunstâncias assumem particular importância a luta pelo direito à Habitação, a luta dos Reformados e Pensionistas, a luta dos utentes da saúde e dos transportes, bem como a luta contra o aumento do custo de vida, a par da luta dos Imigrantes.
2. Neste sentido, considera-se necessário avançar, nas organizações do Partido, com o reforço da participação unitária, com a identificação de quadros para integrarem estruturas e organizações e movimento das frentes de luta identificadas, bem com a integração e dinamização do movimento associativo popular,
3. Importa contribuir activamente para o reforço do Movimento Sindical Unitário, com o incentivo à sindicalização e à eleição e presença de delegados sindicais nos locais de trabalho, com a identificação e articulação com o MSU de quadros;
4. A dinamização de acções em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, deverá ser uma prioridade da intervenção dos comunistas.

3.2 INTERVENÇÃO DA CDU E O TRABALHO INSTITUCIONAL

3.2.1 INTERVENÇÃO DA CDU

A CDU iniciou em 2021 um novo mandato autárquico que manteve a sua linha de intervenção caracterizada por um trabalho de proximidade com as populações e forças sociais.

Esta linha reflecte-se em propostas, intervenção e denúncia nos diferentes órgãos autárquicos, pugnando e lutando por um projecto alternativo de cidade.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

O agravar das questões da **Habitação**, fez com que a Direcção da Cidade do Porto tenha continuado a atribuir a este tema uma forte importância.

O mercado imobiliário continua a ser dos mais liberalizados.

Continua a especulação desenfreada, a ausência total de regulamentação nos novos contratos de arrendamento e não se conseguiu ainda pôr fim à lei dos despejos. Embora as medidas do Governo do PS estivessem a ser manifestamente insuficientes para resolver estes problemas, o que já se viu dos primeiros meses do novo Governo da AD é revelador de um favorecimento claro aos grandes grupos imobiliários não sendo por isso expectável que a situação habitacional na cidade do Porto melhore.

De destacar também a completa ausência de investimento do IHRU no Porto, seja nos edifícios habitacionais que são seus - alguns em estado de degradação - , seja na criação de novos projectos de habitação. Esta ausência de políticas centrais para a habitação na cidade do Porto atira para o município a responsabilidade da construção de mais habitação pública.

Neste quadro, a Direcção da Cidade do Porto procurou intervir acompanhando diversas lutas, como a dos moradores do antigo Bairro de São Vicente Paulo, ou a dos moradores de diversos bairros municipais por causa da insatisfação com obras ou falta delas, tanto no interior das habitações como no espaço colectivo envolvente.

Foi também dada especial atenção a processos especulativos que pressionam determinados territórios como é o caso da Ilha de Justino Teixeira e a diversos casos onde os moradores vivem em condições de indignidade e insegurança, agravadas pelas condições climáticas, como foi o caso do Bairro dos Moinhos nas Fontainhas.

De forma a dar voz e denunciar os problemas da habitação na cidade do Porto, foram organizadas diversas tribunas públicas em diferentes zonas da cidade. A OCP participou também nas diversas manifestações pelo direito à habitação que foram promovidas pela cidade.

Ainda que estas manifestações apresentem diversas contradições ao nível dos seus organizadores e das linhas de acção propostas, revelou-se importante a presença do Partido nestas iniciativas contribuindo assim para o alargamento e reconhecimento nas massas populares.

Esta participação serviu como afirmação das linhas e propostas do Partido para a questão da habitação, nomeadamente a necessidade de colocar a banca a pagar o aumento das taxas de juro nos créditos para a habitação, o controlo do valor das rendas e a necessidade de mais construção de habitação pública.

Embora no presente mandato autárquico tenham sido iniciados vários projectos de habitação, estes continuam a ser insuficientes face às necessidades da cidade.

Do ponto de vista institucional a CDU continua a pugnar pela criação da Carta Municipal de Habitação e a Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, pela regulamentação do Alojamento Local e a suspensão de novas licenças em determinadas zonas.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

Fruto da persistência da CDU foi melhorada a matriz de acesso à habitação de rendas apoiadas na DOMUS SOCIAL, no entanto, a lista de espera continua com 1000 famílias, bem como foi aprovada a isenção do IMI para as associações de moradores.

Em relação aos serviços públicos e funções sociais do Estado comprovou-se os alertas que a CDU tinha apresentado em relação à delegação de competências para as Autarquias, um processo atribulado que se assume como uma desresponsabilização de competências por parte do Estado Central.

As consequências da privatização dos CTT foram visíveis na cidade do Porto, tendo a população assistido a uma degradação elevada do serviço postal. Embora a organização da Cidade do Porto do PCP tenha tido intervenção pontual sobre este tema, importa no plano da luta e do trabalho unitário fazer muito mais.

O problema da toxicodependência tem-se vindo a agravar nos últimos anos, fruto das injustiças e do agravar da situação de pobreza que a população enfrenta. Embora tenha sido inaugurada a primeira sala de consumo assistido na cidade, que permite um acompanhamento e tentativa de resolução do problema de forma integrada, esta é manifestamente insuficiente em relação às necessidades. Também aí o Estado Central se tem revelado ausente de uma real estratégia para a resolução do problema, contribuindo assim para a promoção de discursos oportunistas que mais não visam do que criminalizar a pobreza e criar um clima de divisão na população.

É urgente a implantação da visão alternativa que a CDU propõe para a cidade, onde exista um acompanhamento social de proximidade das famílias que fomente o acesso à fruição cultural, artística e desportiva das populações, medidas que também se consideram fulcrais para a dissuasão e a prevenção da toxicodependência.

Do ponto de vista **laboral e dos serviços municipais**, a luta e persistência da CDU tem sido fundamental para algumas conquistas, nomeadamente na integração dos trabalhadores com vínculo precário nos quadros das empresas Municipais. A CDU continuou a intervir para que as 35 horas semanais sejam também uma realidade para os trabalhadores destas empresas municipais.

A CDU continuou também a lutar contra a política danosa de externalização de serviços, como é o caso do concurso público para a vigilância que punha em causa os postos de trabalho dos vigilantes que trabalham na Câmara Municipal do Porto.

A pressão turística sobre a cidade não diminuiu desde a última Assembleia da Organização. Fruto das opções políticas dos governantes, o **Urbanismo e o Planeamento** não estão ao serviço das populações e da cidade mas sim de quem a mercantiliza.

Os problemas dos moradores do Centro Histórico, que continuam a não ver o seu direito ao descanso garantido, é um desses exemplos. A CDU desde cedo acompanhou este processo, reunindo inúmeras vezes com os moradores e propondo um regulamento da Movida que seja mais justo e que se cumpra efectivamente.

Continua a lógica de concessão do estacionamento a privados. Para além dos preços exorbitantes e horários de estacionamento pago que apenas servem os interesses de quem os explora, continua a

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

política de alargamento de que a zona industrial em Ramalde é um exemplo - zona de contexto laboral.

O próprio programa Rua Direita - de requalificação do espaço viário e pedonal - apresenta-se com atrasos significativos e é feito sem ter em conta a vontade e necessidades dos moradores.

Continuam por cumprir as promessas de requalificação da zona oriental da cidade, nomeadamente Corujeira e São Pedro de Azevedo de Campanhã.

A cidade do Porto viu nos últimos anos grandes transformações na área da **Mobilidade e Transportes**.

A obra da nova linha Rosa do Metro do Porto (São Bento - Casa da Música) foi começada e recentemente foi também iniciada a obra da nova linha Rubi (Casa da Música - Gaia). Do ponto de vista rodoviário, foi também realizada a obra do Metro Bus (Casa da Música - Praça do Império).

Novas linhas de metro foram anunciadas, todas para os concelhos limítrofes do Porto, assumindo que a opção pela linha do Campo Alegre não está na agenda dos decisores políticos. Para além desta expansão, estão em curso os projectos para a Grande Velocidade Ferroviária.

Maioritariamente construídos através de fundos comunitários, estes são demonstrativos da perda de soberania estratégica para o desenvolvimento do País.

Os projectos iniciados não respondem assim às aspirações e necessidades da população, ora porque são pouco ambiciosos e amputados - caso da linha rosa - ora porque não são a prioridade que a cidade necessita - caso do Metro Bus (BRT).

Estas obras estão a causar inúmeros constrangimentos na Cidade do Porto motivando a CDU a propor na Assembleia Municipal um grupo de trabalho, entretanto criado, que faz o acompanhamento dos trabalhos em curso.

A CDU continuou também a bater-se pelo fim das portagens - nomeadamente na CREP - apresentando propostas e desmascarando aqueles que dizem algo nos órgãos autárquicos e fazem o seu contrário quando estão no Governo.

Após a luta pela reactivação do ramal da Alfândega, a CDU continuou os esforços para que este seja para transporte público colectivo, indo de encontro às reivindicações da população. Embora com atrasos, foi apresentado por parte do Município um projecto nesse sentido.

Nas políticas de mobilidade o passe intermodal a preço controlado teve implicações muitíssimo positivas na vida das pessoas, no entanto, não basta só reduzir tarifários, é preciso continuar a investir nos serviços públicos de transporte, melhorando-os, aumentando as frequências e valorizando os seus profissionais.

É também necessário encontrar alternativas, tais como a travessia fluvial do Douro, ligando a Afurada ao Cais do Ouro. Foi também nesse sentido que a CDU apresentou propostas nos órgãos autárquicos e promoveu acções públicas para dar visibilidade ao tema.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

Também na **cultura**, assistimos na cidade a uma lógica de mercantilização que promove a homogeneização dos processos de criação e fruição culturais.

A própria forma errante como se abdica de visões estratégicas de um dia para o outro demonstra que não existe uma real política cultural - o caso do Museu da Cidade, agora denominado Museu Porto é o melhor exemplo disso.

Fruto da luta dos músicos e lojistas do Centro Comercial STOP, e do apoio e intervenção constante da CDU, foi interrompido o processo de fecho do centro comercial. Apesar das dificuldades que ainda se mantêm, os músicos puderam continuar a trabalhar de forma condicionada.

As dificuldades do **movimento Associativo Popular** viram-se agravadas com o contexto pandémico vivido. O Fundo de Apoio ao Associativismo - proposta da CDU - minimizou algumas das dificuldades mas por a Câmara Municipal rejeitar ir mais longe este continua a revelar-se insuficiente para as necessidades. É necessária uma análise mais rigorosa sobre a capacidade que as Juntas de Freguesia têm na implementação e atribuição deste fundo. Especial atenção deve também ser dada às associações que não tendo serviços profissionalizados se vêem afastadas de concorrer.

Ao longo do mandato autárquico e através da Direcção da Cidade do Porto, a CDU promoveu diversas reuniões com associações nas diferentes freguesias, com o intuito de auscultar sobre as adversidades sentidas.

As dificuldades de intervenção de forma unitária no movimento Associativo Popular por parte da organização da Cidade do Porto do PCP, reflecte-se também na prontidão e consequência de acção dos eleitos da CDU. Esta frente de trabalho deverá ser melhorada.

O **desporto infantil e juvenil**, também foi alvo de várias propostas da CDU, bem como a implementação da rede de creches gratuitas e de parques infantis em diversos locais da cidade para dar resposta às crianças.

Os problemas da imigração na Cidade do Porto também se têm vindo a agravar num contexto em que o aumento de custo de vida também afecta os trabalhadores imigrantes na cidade. Dificuldades aumentadas por políticas liberais que não atendem às suas necessidades, muitos indocumentados e explorados. Na cidade do Porto a recusa do Executivo de Rui Moreira para implementar o Conselho Consultivo das Comunidades Imigrantes proposto pela CDU. O Partido tem intervindo sobre os problemas dos imigrantes, tendo realizado três iniciativas na Cidade do Porto, reunindo imigrantes, ouvindo os seus problemas e procurando envolver os imigrantes na luta pela resolução dos seus problemas e na luta geral em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

3.2.2 TRABALHO INSTITUCIONAL

Na sequência das eleições autárquicas de 2021 a CDU manteve, embora com reforço das votações, os seus eleitos municipais (1 Vereadora e 3 Deputados Municipais), tendo reforçado a sua posição

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

nas Assembleias de Freguesia (passando de 9 para 11 eleitos, com a eleição de mais um membro no Bonfim e na UF do “Centro Histórico”, mantendo a representação nas 4 freguesias e 3 Uniões de Freguesias da cidade).

O trabalho autárquico desenvolvido pelos Eleitos da CDU na Cidade do Porto é uma das expressões mais importantes da ligação do Partido às massas e um contributo fundamental para a resolução dos seus anseios ao nível local.

Aquilo que designamos por “estilo CDU” caracteriza-se por uma profunda ligação às pessoas, quer por intermédio do “Gabinete CDU” que a Vereadora mantém na Câmara e onde, numa lógica de “porta aberta”, se dirigem, semanalmente, inúmeros cidadãos para exporem os seus problemas, quer por visitas semanais aos diversos locais da cidade para contactar com as pessoas e nos inteirarmos dos seus problemas. Trabalho de que resulta a elaboração de requerimentos para alertar os diversos serviços municipais para os problemas detectados, a apresentação de propostas de ação política com vista à sua resolução, a fundamentação de intervenções nos órgãos autárquicos e a dinamização de processos reivindicativos por parte das populações.

Esta atividade desempenha um papel fundamental na credibilização do próprio sistema democrático, na medida em que aproxima os eleitos dos eleitores, e contribui para a afirmação do projeto da CDU e do Partido, mostrando as marcas distintivas que os caracterizam.

Atividade que muitas vezes, mas sem correspondência com o trabalho desenvolvido, tem reflexo na comunicação social, o que contribui para dar força à resolução dos problemas denunciados e para prestigiar a CDU e os seus eleitos.

Mas o “Estilo da CDU” caracteriza-se, também, pelo estudo aprofundado dos dossiês – o que permite intervenções fundamentadas e credibilizadoras dos seus eleitos, mesmo perante os eleitos das outras forças políticas -, pela assiduidade dos seus eleitos (que são a única força política que nunca teve ausências nas reuniões de todos os órgãos autárquicos da cidade), pela capacidade de apresentarem propostas quer sobre os problemas da cidade, quer sobre os problemas de âmbito nacional que afetam os seus cidadãos e pelo facto de os seus eleitos cumprirem o princípio do Partido de “não serem beneficiados nem prejudicados pelo exercício de funções institucionais”.

Manteve-se a realização, antes das assembleias de freguesia ordinárias (quatro por ano), uma reunião de todos os eleitos da CDU na cidade, permitindo o conhecimento mútuo da atividade municipal e de freguesias, a troca de experiências, a caracterização da atividade das outras forças políticas e a adoção de propostas conjuntas a apresentar nas assembleias de freguesia.

Sendo o trabalho dos eleitos da CDU incomparavelmente superior ao desenvolvido pelas restantes forças políticas, há aspetos que podem ser melhorados, designadamente:

1. A receção aos munícipes no “Gabinete da CDU” na Câmara, deve ser reforçada procurando a participação de outros quadros na tarefa;
2. O facto de uma parte significativa das visitas decorrer da iniciativa da Vereadora e não das Comissões de Freguesia;

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

3. O acompanhamento dos eleitos das freguesias por parte das Comissões de Freguesia (situação que é também dificultada pelo facto de a organização do Partido, correspondente às freguesias, não ter correspondência com as Uniões de Freguesias atual);
4. A dificuldade de acompanhamento das visitas da Vereadora por parte dos eleitos das freguesias e da Assembleia Municipal, quer porque as mesmas se realizam, muitas vezes, em períodos laborais mas, também, por uma menor disponibilidade destes;
5. A falta de iniciativa própria dos eleitos das freguesias para dinamizarem visitas próprias aos locais para contacto com as populações;
6. A necessidade de aumentar a distribuição de requerimentos e/ou as propostas apresentadas nos órgãos autárquicos, designadamente por intermédio dos boletins “A CDU informa”;
7. A tendência de, em algumas freguesias, os eleitos da CDU valorizarem as questões processuais e administrativas (importantes, designadamente quando há Juntas que, claramente, cometem ilegalidades) em desfavor da intervenção em prol dos problemas das populações;

Aspetos que devem merecer a atenção da próxima DOCP e das Comissões de Freguesia e que devem ser tidos em consideração aquando da definição da composição das listas de candidatos para as próximas eleições autárquicas.

3.3. QUADRO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO CONCELHO

As eleições autárquicas de 2021 traduziram-se na perda da maioria absoluta por parte do Movimento de Rui Moreira (RM) na Câmara (pela primeira vez, após o 25 de Abril, uma força política que a tinha alcançado perdeu-a), no reforço da votação da CDU (que não se traduziu em mais eleitos municipais), no reforço do PSD (que passou de um para três vereadores), em mais um recuo do PS (que passou de 5 para três vereadores) e na entrada, pela primeira vez, do BE na Câmara, com a eleição de um vereador. Sendo de registar, também, a entrada do Chega para a Assembleia Municipal, com a eleição de um deputado, onde se manteve o deputado eleito pelo PAN nas anteriores eleições.

A perda da maioria absoluta por parte do Movimento RM, associado à crítica generalizada que as restantes forças políticas expressavam sobre as suas políticas, fazia prever que o actual mandato permitiria corrigir alguns aspectos das mesmas. No entanto, logo a seguir às eleições, uma vereadora eleita pelo PS passou-se para a bancada do Movimento RM e este fez um acordo com o PSD que, não se traduzindo na atribuição de pelouros, assegurou a viabilização das propostas do Executivo na Assembleia Municipal.

A política seguida pelo Movimento RM tem uma visão neoliberal sobre a cidade, que se tem traduzido, objectivamente, numa alteração sociológica profunda da sua população, com a substituição dos mais desfavorecidos economicamente (que se veem obrigados a abandonar a cidade devido ao preço da habitação) por novos habitantes com mais poder económico – apesar das novas bolsas de miséria que têm surgido associadas à imigração.

Do ponto de vista económico, a aposta massificada no turismo, sem quaisquer preocupações de regulamentação, traduziu-se no brutal encarecimento da habitação, na substituição do comércio

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

tradicional de proximidade por lojas destinadas aos turistas e pelo encarecimento dos serviços prestados no centro que se tornam proibitivos para a grande maioria dos Portuenses.

Do ponto de vista dos serviços municipais, a aposta passa pela concessão de muitos deles a privados, bem como pela concentração da maior parte da actividade municipal em empresas municipais (hoje são sete a que acrescem a STCP e a STCP Serviços), sujeitas a menor escrutínio por parte dos órgãos autárquicos, com maiores índices de precariedade nos seus quadros e com nomeações para lugares de chefia baseados, tendencialmente, em opções de confiança partidária (apesar de ser um movimento dito “independente”).

A que acresce uma real incapacidade de execução, designadamente ao nível do investimento, com atrasos significativos e sistemáticos dos projectos, apesar de uma situação financeira do município que permitia outros níveis de concretização.

Políticas municipais que, diga-se, têm reunido o apoio pleno da Direita: o CDS e a IL que integram o seu movimento, o PSD que fez um acordo formal com ele, e o Chega que, na Assembleia Municipal, votou favoravelmente a quase totalidade das propostas emanadas do Executivo.

Não obstante esta união da Direita nas questões fundamentais, a verdade é que, no seio do Movimento RM, há evidentes tensões associadas a protagonismos pessoais e interesses partidários. O facto de RM não se poder recandidatar faz com que os seus vereadores se dividam entre o sonho de um movimento RM sem RM e aqueles que consideram que é tempo de se mudarem para outros projetos onde a probabilidade de serem reeleitos aumente. A IL anseia protagonizar um projeto próprio, apesar de, entre os seus eleitos, serem também profundas as divisões. O CDS, que não se apresenta com listas próprias à CMP há 25 anos, espera para ver qual será a melhor “barriga de aluguer”. Tensões que têm diminuído ainda mais a capacidade de execução do Executivo municipal e que se estende às Juntas de Freguesia.

A aproximação do PSD ao Movimento de Rui Moreira, para além de se traduzir num desprezo pelo projeto político que apresentaram aos Portuenses (que era muito crítico das políticas de RM), levou a divisões profundas neste partido (com a efetiva renúncia do seu cabeça de lista e a substituição do seu líder na assembleia municipal). Aproximação que não é alheia ao tacticismo associado às próximas eleições autárquicas e à tentativa de voltar a protagonizar o projeto da Direita na cidade.

O PS, enfraquecido pelos sucessivos desaires eleitorais, pela perda de uma vereadora logo após as eleições, pelo comprometimento que teve com RM no seu primeiro mandato, pela efectiva inação dos seus governos na cidade em matérias fundamentais (caso da habitação e da segurança) ou das imposições com impacto negativo resultantes das suas políticas (caso da dita “descentralização”), a que se associam as divisões quanto ao protagonista do próximo mandato autárquico, tem tido uma atividade incipiente que não disfarça o facto de se rever na maioria do projeto municipal de RM.

O BE, que elegeu pela primeira vez um vereador para a Câmara, tem convergido, em muitos aspectos, com a visão de cidade da CDU. Verificam-se, no entanto, diversos casos de cópia, à posteriori, de propostas da CDU (em particular nas assembleias de freguesia), tentativas de protagonismos que, muitas vezes, prejudicam objetivamente a defesa de quem, e, do quê procuram defender e um trabalho junto das populações incipiente.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

O PAN , tendo mantido o seu eleito na Assembleia Municipal (e tendo um eleito na Assembleia de Freguesia do dito “Centro Histórico” e outro em Campanhã – o eleito no Bonfim passou imediatamente a “independente”) reduz a sua actividade às intervenções que faz nas reuniões destes órgãos autárquicos (sendo que nas freguesias, muitas vezes não o faz) muito centradas nas causas animalistas.

O Chega na Assembleia Municipal (onde já trocou várias vezes de representante por inépcia dos mesmos ou por divisões internas) ou não participa ou não intervém, sendo que vota favoravelmente a quase totalidade das propostas emanadas do Executivo. Nas Assembleias de Freguesia de Campanhã e do dito “Centro Histórico” caracteriza-se, também, pela inatividade dos seus eleitos.

A CDU é a força política que protagoniza um projeto político alternativo ao apresentado pela Direita, sendo conseqüente, em todos os órgãos autárquicos da cidade, na denúncia dos objetivos e das conseqüências deste, na apresentação de propostas alternativas, no esclarecimento das populações e na organização da resistência à sua implementação.

Tal não impede que, em torno de causas importantes para a cidade e a sua população (casos da resistência à “descentralização” ou de combate à forma como a Metro do Porto tem planeado e implementado os diversos investimentos que tem feito na cidade), a CDU convirja com outras forças políticas, mantendo, sempre, a independência da sua análise.

Os Eleitos da CDU, pelo seu trabalho, honestidade e competência, têm ajudado a credibilizar o funcionamento dos órgãos autárquicos em que participam.

3.4 AS BATALHAS ELEITORAIS

Desde a XII Assembleia realizaram-se quatro actos eleitorais: Eleições Autárquicas em 2021, Eleições à Assembleia da República em 2022 e 2024 e Eleições ao Parlamento Europeu em 2024.

Nas eleições autárquicas de 2021, a CDU subiu 1,64 pontos percentuais, obtendo 7,53% da votação, tendo obtido mais votos e mais mandatos do que em relação a 2017.

Mantive-se a vereação e os três eleitos na Assembleia Municipal e voltou-se a recuperar os dois eleitos no Bonfim e na União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso e Centro Histórico, o que representa um total de 11 eleitos nas 7 freguesias da cidade.

Nas Legislativas de 2022, a CDU registou uma redução do peso eleitoral de 1,77%, comparativamente a 2019. E nas legislativas de 2024, registou uma redução de 1,31% em relação às Legislativas de 2022. Nas recentes eleições para o Parlamento Europeu a CDU registou uma redução do peso eleitoral de 2,03% mantendo um Deputado. No essencial os resultados da CDU nas eleições de carácter nacional seguiram, no Porto, a tendência registada no País.

Nas eleições autárquicas de 2021, a CDU afirmou-se como a força política portadora de um projecto alternativo para a cidade. Denunciando as conseqüências das políticas seguidas, desenvolvendo um intenso trabalho junto das populações durante todo o mandato e continuando a ser a única força política no Executivo com atendimento aos munícipes com uma agenda regular de contacto com a população, reuniões com Associações, Colectividades e Instituições e

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

participação em acções de luta dos trabalhadores e da população -, da qual resultaram centenas de propostas e requerimentos apresentados nos órgãos municipais e de freguesias, que deram voz a quem não a tem.

Esse trabalho foi reconhecido pela população, apesar do quadro de aumento da abstenção, do silenciamento do trabalho realizado pela CDU, bem como da perda de eleitores da cidade e da alteração da sua composição social, foi possível o reforço da sua votação.

3.5 A LUTA PELA ALTERNATIVA

Mantém-se a análise de que, como aprovado na resolução política do XXI Congresso, a construção de uma alternativa política e a alteração da correlação das forças políticas no concelho e no país está intrinsecamente ligada à nossa capacidade em desenvolver a luta de massas construída passo a passo, em torno de objectivos concretos, por reivindicações laborais, sociais, económicas e políticas, com acções de maior ou menor dimensão, contribui para o aprofundamento da consciência social e política e para o determinante alargamento da exigência de outro rumo.

Luta que não se desliga da capacidade para um trabalho unitário, de aprofundamento do diálogo e da convergência com democratas e patriotas sem filiação partidária, que tenha como referência a Constituição da República Portuguesa, implica o respeito pelas naturais diferenças, a superação de preconceitos, a rejeição de ambições hegemónicas e a recusa de marginalizações. Uma orientação que não deve alimentar ilusões quanto a possíveis convergências “à esquerda” ou “das esquerdas” no plano local.

Um trabalho que exige a acção esclarecida de cada membro do Partido junto de outros, no seu dia-a-dia, que imprime a exigência de se ultrapassarem as dificuldades em falar com outros sobre o Partido e as suas propostas enquanto obrigação fundamental de cada militante. Na ligação às massas, é preciso de forma mais consequente realizar o trabalho político unitário junto de milhares de independentes e outros democratas e patriotas que precisam da informação e opinião do Partido que, por sua vez, precisa das suas opiniões e dos seus conhecimentos.

Um trabalho de contacto que, em particular, deve procurar o engajamento e mobilização das pessoas na resolução dos próprios problemas. Devem ainda ser dada particular atenção aos muitos independentes que estão na CDU.

As próximas batalhas eleitorais vão realizar-se num contexto ainda mais complexo que em 2021. Marcado pela promoção de forças e projectos reaccionários e demagógicos, pelo reavivar da bipolarização e pelo agravamento da situação económica e social do País, aumento do custo de vida em contraste com a gritante acumulação de riqueza pelos grandes grupos sociais.

Manter-se-á a necessidade de assumir como prioridade a denúncia da política de direita – e dos seus executantes – e projectando a política patriótica e de esquerda e a CDU como força de Abril, dos seus valores e na luta por uma vida melhor.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

Perspectivando a realização de eleições autárquicas em 2025, importa reforçar o trabalho unitário, com base na intervenção sobre problemas concretos e na melhoria das condições de vida das populações. Na Cidade do Porto impõe-se como fundamental o alargamento da participação unitária na actividade da organização. Perspectivando o reforço do Partido, da sua actividade e das listas a candidatar, assumindo como objectivo o reforço do número de eleitos em todos os órgãos autárquicos.

4. O PARTIDO NA CIDADE DO PORTO

4.1. ACÇÃO DO PARTIDO

Para além das exigências das batalhas eleitorais referidas no ponto anterior, a Direcção da Cidade respondeu às várias iniciativas nacionais e regionais realizadas, seja na mobilização e participação nas mesmas bem como na organização de iniciativas próprias enquadradas na agenda política, entre as quais, as eleições para a Assembleia da República em 2022 e 2024 e as eleições para Parlamento Europeu em 2024, as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, e as várias acções no âmbito dos transportes, defesa do direito à habitação, pelos direitos dos pais e crianças, em defesa da gratuidade dos museus aos domingos, em particular na cidade o Museu de Serralves, a concretização das novas linhas de metro e alargamento do passe único.

Além das iniciativas de aniversário, a realização de uma iniciativa de convívio anual CDU e do Passeio das Mulheres, têm sido importantes momentos de mobilização da organização que importa manter e alargar.

4.1.1. FESTA DO AVANTE!

A participação da organização da Cidade do Porto na Festa do Avante! continuar a ser um importante elemento de dinamização, envolvimento e de reforço da capacidade financeira da organização. No período que desde a última assembleia a organização continuou a participar na Festa do Avante, com um stand, onde participaram perto de uma centena de militantes da organização e amigos, quer na construção do espaço regional, quer em turnos no stand. Durante este período foi também determinante a venda de EPs, muito próxima dos objectivos propostos anualmente à organização e que permitiu garantir uma boa participação, bem como a concretização de 4 excursões que asseguram a presença de centenas de camaradas e amigos na festa. A organização reuniu regularmente o grupo de trabalho, ainda que com alguma dificuldade em distribuir as tarefas pelos seus membros e em assegurar a descentralização da sua execução. Face à importância que esta iniciativa tem no Partido em geral e em particular na Cidade do Porto, assume-se como prioritário:

1. Responsabilização de camaradas por tarefas concretas na preparação da Festa - divulgação, venda de EPs, implantação, desimplantação, funcionamento do Stand e Excursões;

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

2. Reforço e rejuvenescimento dos camaradas com tarefas na construção do espaço da cidade do Porto e na confecção da ementa;
3. Reforçar o acompanhamento ao envolvimento de camaradas e amigos na preparação da Festa.

4.1.2. Passeio das Mulheres

Na organização da Cidade do Porto o Passeio das Mulheres CDU continua a ser a grande Iniciativa de massas, que tem mantido uma participação elevada de pessoas, a grande maioria sem filiação partidária. Apesar das dificuldades em alguns locais da Cidade, nomeadamente onde as camaradas que asseguraram a mobilização para a iniciativa durante décadas, começaram a apresentar limitações pela idade e por motivos de saúde, tem sido feito um esforço na renovação e rejuvenescimento de quadros e responsabilização de outros camaradas para esta tarefa. Trabalho este que tem de ter continuidade e reforço. Desde a última Assembleia da Cidade em 2021, em que se retomou os moldes iniciais da Iniciativa, após a adaptação ao surto epidémico de Covid-19 em 2020, realizou-se anualmente o Passeio das Mulheres CDU:

1. Apesar dos avanços concretizados na renovação do grupo de trabalho e de novos responsáveis por contactos com população, mantém-se a necessidade de desenvolver um trabalho mais contínuo e regular do grupo de trabalho, encontrando novas “pontas” em alguns bairros, para garantir a continuidade da iniciativa com o seu carácter de massas;
2. Mantém-se igualmente a necessidade de associar aos objectivos do grupo de trabalho à luta unitária das mulheres, convergindo para as frente de luta unitárias, nomeadamente as lutas do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher convocadas pelo Movimento Democrático das Mulheres e pela CGTP-IN, o que implica um melhor trabalho de recolha, sistematização e regularidade de contacto com os participantes na iniciativa.

4.1.3. ENCONTRO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO PCP

Não tem sido possível retomar de forma consequente o trabalho sobre esta frente de intervenção. Com efeito, não foi retomada a realização do Encontro de Reformados, Pensionistas e Idosos da Cidade do Porto. Mantém-se a análise que as actuais circunstâncias exigem um trabalho criativo nesta frente de trabalho, que permita ultrapassar as dificuldades do confinamento deste camada que tanto tem sido atingida pelo aumento do custo de vida e garantir a sua mobilização para a luta.

1. É necessário reactivar o grupo de trabalho, atribuindo a sua responsabilidade a um membro da direcção a eleger.
2. Atribuir ao grupo de trabalho não só a tarefa da realização do encontro, mas também a necessária intervenção política, na divulgação das propostas e intervenção do partido e na dinamização da luta unitária dos reformados e pensionistas no concelho.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

4.2. DIRECÇÃO

Eleita em 2021 com 29 membros. No decorrer do mandato, há camaradas que, umas por razões profissionais e outras por mudanças de residência ou razões pessoais, não participam, ou deixaram de participar. Entretanto foram cooptados 5 camaradas tendo actualmente a direcção 35 membros. A Direcção reuniu regularmente, apesar da participação oscilante dos seus membros, e procurou corresponder às exigências e à atividade do Partido.

É necessário garantir que a nova Direcção tenha um número de membros não superior ao atual, que seja garantida uma componente social de operários e empregados e também de mulheres, e que os seus membros assumam o compromisso de participar assiduamente nas reuniões e que tenham tarefas concretas na organização da cidade.

É também necessário criar condições para intensificar o trabalho nas empresas da Cidade do Porto, garantir o acompanhamento às frentes de trabalho do Movimento Associativo, das Mulheres, dos Reformados, da Juventude, da Habitação e das questões da imigração, e igualmente reforçar o acompanhamento do trabalho nas Autarquias e trabalho de fundos.

A DOCP tem 2 organismos executivos: Comissão Executiva e Secretariado.

A Comissão Executiva, a quem compete o acompanhamento diário e a execução do trabalho de direcção, bem como a ligação a várias organizações e frentes de trabalho, conta actualmente com 15 membros, após cooptação em 2024 de 4 camaradas. No fundamental tem correspondido às necessidades de trabalho, naquilo que tem que ver com a ligação às organizações, frentes de trabalho e à intervenção institucional.

O Secretariado, a quem compete o tratamento das questões de fundos, de quadros e de património, conta com 5 membros. Este organismo, permite um tratamento mais cuidado das suas áreas de competência e, em termos gerais, tem funcionado com a regularidade prevista.

4.3. ORGANIZAÇÃO

A Organização da Cidade do Porto tem 925 militantes (mais 14 militantes desde a última assembleia), distribuídos por 11 organizações de freguesia e 3 de sector ou de empresas.

Segundo os dados do Balanço de Organização de 2023, a organização do Partido na Cidade conta com 62,4% de homens e 37,6% de mulheres. Em relação à composição social, 19,2% são operários industriais, 47,6% são empregados, 12,3% são intelectuais e quadros técnicos, 5,2% são pequenos e médios empresários e 11,4% pertencem a sectores diversos (estudantes, domésticas, etc.).

No que diz respeito à composição etária, 3,9% têm até 30 anos, 14,2% entre 31 e 50 anos, 19,1% entre 51 e 64 anos e com mais de 64 anos são 61,9%. Estes dados confirmam a manutenção da tendência de envelhecimento da organização e de uma grande presença de empregados, fruto do aumento de serviços (hotelaria e turismo, comércio, etc) na cidade do Porto.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

4.3.1 ORGANISMOS DE BASE LOCAL

Existem 11 Comissões de Freguesia, Aldoar, Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Massarelos, Paranhos, Ramalde, Santo. Ildefonso, e um organismo de direcção local das 4 freguesias do Centro Histórico.

Nas organizações de base local estão inscritos 828 membros do Partido, nas organizações de empresas 39 militantes e nas de reformados dos Bancários e Seguros 58 militantes.

Verifica-se um funcionamento regular da generalidade dos organismos, apesar de, também na generalidade dos mesmos, com uma baixa participação de camaradas e com pouco ou nenhum envolvimento de camaradas recrutados.

1. É preciso trabalhar para uma composição dos organismos que garanta uma efectiva ligação à população, com a responsabilização de camaradas com ligação ao movimento associativo e outras organizações e movimentos de massas, bem como a locais de trabalho e empresas prioritárias do concelho
2. É necessário implementar uma maior dinâmica no trabalho das organizações de base, vencendo as rotinas instaladas a dificuldade na planificação e concretização de acções concretas e intervenção;
3. Assume-se como objectivo o alargamento e rejuvenescimento de camaradas responsabilizados por organismos de base.

4.3.2 ORGANIZAÇÕES E SECTORES DE EMPRESA

No universo da Câmara Municipal do Porto e empresas municipais, existem as organizações dos trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, trabalhadores de empresas municipais, nomeadamente a EMAP, Águas do Porto e Ágora. O objectivo, assumido na 12ª assembleia de organização, de criar células das empresas municipais, não foi concretizado, nem a célula da Câmara foi reativada. No entanto, manteve-se o contacto, ainda que irregular, com trabalhadores da Câmara, EMAP e da Ágora.

Face ao processo da transferência de competências realizado, confirma-se a necessidade de alargar o âmbito de intervenção do Partido a centenas de trabalhadores agora sob responsabilidade da Câmara Municipal, designadamente nas escolas e nos centros de saúde.

Desde a realização da última AOCPC concretizaram-se diversas acções de contacto com os trabalhadores, com a entrega quer de documentos específicos, quer de documentos nacionais, quer ainda de documentos de propaganda eleitoral (eleições autárquicas de 2021, legislativas de 2022 e 2024 e eleições para o parlamento europeu em 2024).

Esta dinâmica derivada das campanhas eleitorais permitiu, alargar o âmbito dos serviços municipais e trabalhadores contactados, designadamente: trabalhadores da CMP no edifício sede e na Loja do Município, trabalhadores da EMAP nas oficinas do Carvalhido, nos postos da varredura de Ramalde, de Massarelos e de Sto Ildefonso, da Ágora no Teatro Municipal Rivoli e no Centro de Cinema Batalha e trabalhadores da EM Águas do Porto.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

Foram ainda efectuadas acções de contacto com trabalhadores da Monteiro & Ribas que, apesar da regularidade, ainda não se concretizaram na recolha de contactos ou recrutamentos.

Permaneceram ainda na Organização os camaradas reformados dos sectores dos Bancários e Seguros que devem tendencialmente ser transferidos para as respectivas organizações locais e integrados na frente de trabalho dos reformados. Mantém-se a necessidade do contacto regular com estes camaradas.

Face às orientações de reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho, afigura-se como necessário:

1. Recrutamento e responsabilização de camaradas no activo;
2. Reactivar a célula da Câmara Municipal, Águas do Porto e EMAP, em formato a definir, face às possibilidades reais existentes.
3. Promover o contacto regular para o pagamento e a actualização da quota;
4. Responsabilização de camaradas da direcção para o acompanhamento a cada sector das empresas municipais;
5. Promover a participação dos militantes na actividade geral do Partido e na luta nos seus locais de trabalho;
6. Estabelece-se como objectivo até à próxima assembleia de organização, o recrutamento de 15 camaradas nas empresas e locais de trabalho, tarefa fundamental para reactivação das células da Câmara Municipal do Porto, e criação da célula das Águas do Porto, da Ágora e da EMAP.

4.3.3 GRUPOS DE TRABALHO

Existem e funcionam seis (6) grupos de trabalho para frentes de trabalho específicas, nomeadamente Passeio das Mulheres CDU, Festa do Avante!, Fundos, Propaganda, Associativismo e Eleitos Autárquicos. Não funcionou o grupo de trabalho para a frente dos reformados.

O Grupo de Trabalho das Mulheres CDU preparou a iniciativa do Passeio das Mulheres todos os anos, tendo sido responsabilizados três novas militantes para esta tarefa em 2024.

O Grupo de trabalho para a Festa do Avante! reuniu dentro da necessidade, tendo no entanto poucas tarefas distribuídas pelos seus membros. Por outro lado, apesar de não ter reunido o GT de Fundos (Comissão Concelhia de fundos) realizaram-se duas reuniões com responsáveis de fundos das organizações de base.

O Grupo de trabalho de Propaganda, funcionou irregularmente até 2022, tendo deixado de funcionar, por diferentes circunstâncias, em período posterior.

O Grupo de Trabalho para o Associativismo, por duas vezes, com camaradas de toda a organização.

Reuniu ainda com regularidade o Grupo de Trabalho dos nos órgãos municipais e de freguesias.

Assume-se assim como prioritário:

1. Alargar o grupo de trabalho das Mulheres CDU, responsabilizando mais camaradas, promovendo o rejuvenescimento e o alargamento de tarefas a camaradas e amigas do Partido;

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

2. Reforçar o Grupo de trabalho da Festa do Avante! com mais camaradas a assumir a direcção e acompanhamento das questões da preparação e gestão do stand do Porto, implantação e desimplantação regional e divulgação da Festa na Cidade do Porto;
3. Tomar medidas para reactivar e regularizar o funcionamento da Comissão de Fundos, designadamente com a responsabilização de um camarada pela direcção e acompanhamento da tarefa de fundos em cada organização de base;
4. Criar um grupo de Trabalho e propaganda que assuma colectivamente as questões da propaganda física, de iniciativas e acções a par da divulgação e informação na Cidade do Porto;
5. Tomar medidas para regularizar o funcionamento do Grupo de Trabalho para o Associativismo, desde logo com a consolidação de um grupo de camaradas que permita, junto das organizações, desenvolver o trabalho nesta frente em articulação com a direcção da Cidade intervenha nas associações prioritárias;
6. Recuperar o Grupo de Trabalho de Reformados, aliando à concretização da actividade geral do Partido o Piquenique dos reformados CDU - Cidade do Porto.

4.3.4 INFORMAÇÃO, PROPAGANDA, IMPRENSA PARTIDÁRIA

A situação política momento político, tanto internacional quanto nacional e local, é caracterizado pela intensificação da ofensiva ideológica do capital, agravada pelo belicismo e pela guerra, que utiliza todos os meios para atacar seus opositores, seja por silenciamento, distorção de posições, calúnia ou mentira. Vivemos uma realidade complexa que exige expor as consequências das políticas de direita, afirmar a importância de uma alternativa política em defesa dos interesses do povo e do país, e divulgar conquistas alcançadas pela luta popular e a intervenção do PCP e da CDU. Isso requer um trabalho de propaganda eficaz junto às massas, conforme as orientações do partido do Encontro Nacional sobre Comunicação.

Nesse sentido, foram tomadas medidas para dotar a organização de meios de propaganda que tornem mais efectiva a passagem da mensagem do partido e o reforço da sua visibilidade e presença junto das massas, como o reforço de utilização de meios sonoros e de elementos visuais como bandeiras, faixas e pintura de murais.

Desde a última AOCP manteve-se a produção de documentos CDU Informa, distribuídos junto das populações e em locais específicos na sequência de visitas e requerimentos entregues nos órgãos autárquicos.

Apesar da realização de documentos específicos sobre problemas dos trabalhadores, junto dos trabalhadores das Águas do Porto ou da EMAP, é necessário intensificar a produção deste tipo de documentos.

Continua a ser necessário concretizar a realização de documentos com sínteses da principal intervenção local da CDU ou de questões específicas. As campanhas nacionais e regionais de propaganda, assentes em folhetos, com sonoras e Mupis, entre outros formatos, têm sido garantidas pela organização. Importa, ainda assim alargar a rede de camaradas disponíveis para as tarefas de propaganda, nomeadamente o contacto directo com a população.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

O site do Partido continua a alojar as principais intervenções do PCP e da CDU no plano local, no entanto necessita de um trabalho de acompanhamento e actualização permanente. Da mesma forma, tendo sido possível divulgar as visitas e outras acções do PCP e da CDU, mantém-se necessário implementar uma estratégia coordenada com o envolvimento de mais camaradas nesta frente.

A imprensa do Partido, o “Avante” e o Militante! continuam a ser o mais importante elemento de difusão da acção partidária e de formação ideológica. Actualmente são vendidos 87 Avantes na organização. Verificaram-se avanços na afirmação de rua do Avante!, com a realização de uma banca semanal regularmente na estação da Trindade que permitiu envolver camaradas de diversas organizações da Cidade, trabalho que importa valorizar e aprofundar. Contudo, persistem dificuldades em elevar o número de “Avantes” e “militantes” vendidos através de cada ADE, existindo potencial em cada freguesia para a criação de novos ADE’s e para o aumento da difusão, sendo para isso necessário um acompanhamento contínuo a esta frente e a responsabilização de camaradas com esta frente de trabalho.

A organização distribui entre os seus membros 24 Militante!, um número que apesar de importante precisa ser alargado a mais camaradas, em particular os membros com responsabilidades de direcção e camaradas com tarefas. A afirmação do Avante! é de elevada importância para afirmação do Partido e da alternativa política, sendo necessário:

1. Manter a realização da banca semanal do Avante!;
2. Aumentar o número de bancas a realizar, junto das populações e dos trabalhadores.
3. Assumir o objectivo de venda de 100 Avante! vendidos na organização;
4. Assumir o objectivo de venda de 40 “O Militante! vendidos na organização;

4.5 FUNDOS E PATRIMÓNIO

A situação financeira caracteriza-se por um difícil equilíbrio entre as receitas e as despesas. A receita continua a ser proveniente sobretudo da quotização e de iniciativas anuais. Apesar do esforço, a renovação e rejuvenescimento da rede camaradas a recolher quotas não foi tão alargada quanto necessário. Continuam a existir camaradas que são responsáveis por receber um elevado número de quotas, que, quando por razões várias, deixam de poder receber, não têm sido substituídos por camaradas responsabilizados para a tarefa, o que tem contribuído para que menos militantes do Partido paguem regularmente as suas quotas.

Actualmente pagam a sua quota 43,4 % de camaradas e na última Assembleia em 2021 pagavam 46,8%. Decréscimo resultante, não apenas desta situação mas das debilidades de funcionamento pouco alargado das organizações de base.

Por outro lado, e para reforçar o trabalho de fundos é necessário reativar a reunião regular da Comissão Concelhia de Fundos, que deverá reunir trimestralmente para acompanhar e analisar a execução dos objetivos, sendo por isso necessário que cada organização de Freguesia

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

responsabilize um camarada responsável pela tarefa de fundos, que fará parte desse grupo de trabalho.

A Cidade do Porto tem dois Centros de Trabalho. Guilherme da Costa Carvalho, na freguesia do Bonfim, e outro em Paranhos, na Rua de Lindo Vale. Este último esteve encerrado para obras de reconstrução de todo o edifício e está em vias de finalização e precisa ser activado com urgência.

O Centro de Trabalho Guilherme da Costa Carvalho, onde reúnem com regularidade as Comissões de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, precisa de intervenções de manutenção e reparações que acarretarão custos à organização que são necessários acautelar.

Importa ainda referir que a organização tem uma viatura, e equipamentos de som para acções de propaganda que precisam de manutenção regular e cuidados, sendo necessário também planear a sua funcionalidade e actualização.

Para garantir a independência financeira do Partido é necessário encontrar forma de superar as dificuldades, desde logo:

Reforçando o número de camaradas que recolhem quota, apontando para que na próxima Assembleia paguem as suas quotas 70% dos militantes;

1. É igualmente necessário tomar medidas concretas para a atualização do valor de cada quota, tendo como referência 1% do salário, responsabilizando camaradas para o acompanhamento e execução desta tarefa;
2. Incentivar o pagamento por transferência bancária e multibanco e apontar a um aumento de camaradas a pagar por multibanco até à próxima Assembleia;
3. Estimular a discussão nos organismos das organizações para a realização de iniciativas e campanhas de recolha de fundos;
4. Tratar com maior empenhamento as várias iniciativas de fundos, Campanhas de Verão e Natal, Dia de Salário, abordagens e iniciativas diversas, designadamente convívios e outras, definindo orçamentos para cada iniciativa a realizando um controlo de execução que permita o acompanhamento e avaliação de medidas para melhorar resultados;
5. Relativamente aos Centros de Trabalho importa garantir a sua manutenção, limpeza e organização, nomeando camaradas responsáveis, grupos de trabalho e/ou comissões de Sede em articulação com o secretariado da Direcção da Cidade. Importa também cumprir a orientação de dinamizar os CTs com iniciativas que convirjam com a acção geral do Partido e os objectivos da organização da Cidade do Porto.

4.6 RECRUTAMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO DE QUADROS

Desde a 12ª Assembleia de Organização foram recrutados 72 novos membros, cumprindo assim o objectivo do recrutamento de 60 novos membros lançado na última Assembleia. Dos novos membros 40 participam regularmente em acções do Partido, 18 têm tarefas regulares de organização e 81 reúnem regularmente nos seus organismos de base.

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

A tarefa do recrutamento é de extrema importância na acção dos organismos. Para tal, devem ser desenvolvidas iniciativas regulares com vista a esse fim, como por exemplo a campanha dos 5000 contactos e assim como o levantamento regular de nomes e a estratégia específica a realizar para que seja efectivado esse recrutamento.

Esta deve ser alvo de discussão e de acompanhamento por parte da Direcção da Organização bem como dos seus organismos executivos.

O esforço do recrutamento deve andar lado a lado com a responsabilização de novos camaradas. Também aqui o trabalho de Direcção deve ser constante, nomeadamente com a responsabilização de quadros que tenham a tarefa específica de acompanhamento da integração dos novos militantes de acordo com os pontos previamente referidos (participação em acções, reunião no seu organismo e atribuição de tarefas).

A atribuição de tarefas específicas a cada quadro ou militante comunista deve ser vista como uma parte fundamental da formação ideológica. O aprofundamento do conhecimento do Partido, do seu funcionamento e dos seus princípios não está desligado da capacidade da realização das tarefas que são atribuídas a todos os militantes.

Ao nível da Direcção, a atribuição de tarefas a cada quadro deve contribuir para a elevação da militância e do nível da discussão nas reuniões.

A execução da tarefa e prestação de contas à Direcção é parte essencial da formação ideológica do dia-a-dia, da integração no trabalho colectivo, do acompanhamento e envolvimento nas lutas sociais e políticas.

A esta prática, deve estar aliada a preparação no plano teórico. Seja através da realização de cursos de formação, para quadros ou para novos membros, chave para o aprofundamento da base ideológica do Partido e fortalecimento do seu funcionamento orgânico. Mas também através da leitura e estudo dos documentos fundamentais do Partido, da leitura regular do *Avante!* e do *O Militante*, cujo conteúdo deve ter presença regular nas reuniões dos organismos.

Também a leitura das obras de Marx, Engels e Lênine, bem como das obras de Álvaro Cunhal e de outras publicações da Editorial Avante!, é fundamental para o elevar da base teórica dos quadros e militantes do Partido.

Esta acção de elevação cultural, político e ideológico não deve ser vista de forma individual, deve sim estar presente na militância e no funcionamento e actividade colectiva de cada organização, através da dinamização, por exemplo, de iniciativas que procurem debater determinado livro ou texto, ou através de temas específicos que possam ser alvo de uma formação ideológica. Desde a última Assembleia a OCP referenciou e nomeou 9 camaradas para acções de formação ideológicas realizadas pela Organização regional.

Estabelece-se assim como objectivo:

1. o recrutamento de 90 novos militantes até à próxima Assembleia, com a definição de metas específicas para cada organização de base;
2. a atribuição da tarefa de “recrutamento e acompanhamento de novos camaradas” a membros

XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO DO PCP

TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO DO PORTO

da Direcção;

3. realizar acções de formação ideológica para quadros e novos membros, de acordo com as necessidades identificadas;
4. Aumentar o número de camaradas com tarefas nos organismos de base e frentes de trabalho que se identifiquem como prioritárias;
5. A responsabilização de 90 camaradas que não têm qualquer tarefa regular atribuída.

Este documento é uma proposta que a Direcção da Cidade do Porto apresenta aos militantes do Partido organizados no Porto, apelando à proposta, ao contributo e à crítica de todos para que da Assembleia emane um documento adequado ao momento que vivemos e às necessidades do Partido. Conscientes das dificuldades e do grande caminho que temos pela frente, as propostas e objectivos de trabalho que o documento contém, ajudarão a dar um importante passo no sentido da superação de insuficiências, apontando caminhos para reforçar a nossa organização e elevar a militância, perspectivando o desenvolvimento da luta de massas e o envolvimento dos trabalhadores e da população na defesa dos seus direitos, por melhores condições de vida, no quadro da política patriótica e de esquerda que o PCP propõe, tendo no horizonte o Socialismo e o Comunismo

O Ante Projecto de Resolução foi aprovado na reunião da Direcção da Cidade do Porto do PCP, realizada no dia 30 de Julho de 2024, para ser submetido a discussão e debate na organização e nas comissões de freguesia até à data de realização da XIII Assembleia de Organização, que terá lugar no dia 26 de Outubro, no Auditório da Biblioteca Almeida Garrett, 15h.